

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 21.11.2016

O Governo tem vindo a salientar, repetidamente, que a importação de mão-de-obra só se destina a preencher a insuficiência de recursos humanos locais, e que a apreciação e autorização da sua importação são rigorosas, para assegurar a prioridade na contratação e na continuidade de emprego dos trabalhadores locais. Mas, na realidade, são usados muitos meios ilegais para enganar com êxito a Administração, a fim de obter a autorização de quotas para a respectiva importação, e até para requerer com sucesso o cartão de identificação de trabalhador não residente.

No início deste mês, a polícia descobriu um grupo de agiotagem, e um dos dois suspeitos revelou que tinham aproveitado os respectivos cartões para permanecerem em Macau e que, para além de cometerem crimes, não exerciam nenhuma das funções exigidas nos contratos de trabalho. Há dias, a polícia revelou que três cidadãos do Interior da China entraram e saíram livremente para apostar nos casinos de Macau, e que estes pagaram 30 mil ao responsável de um centro de máquinas de diversão e jogos de vídeo para obterem os respectivos cartões, sem nunca terem trabalhado nesse centro.

Os casos referidos reflectem que os serviços competentes do âmbito laboral não avaliam o suficiente quando autorizam as quotas, e que algumas empresas têm quotas excedentes, por isso, esses serviços têm uma grande responsabilidade nesta matéria! A obtenção ilegal de quotas de TNR não só influencia o mercado de trabalho de Macau, como o mais preocupante são as falsas declarações para obter mais quotas. Isto já é praticado há muito tempo por algumas pessoas que utilizam este método para conseguirem entrar em Macau e cometer actos ilegais, afectando assim a nossa segurança pública. O Governo tem que dar maior importância a esta questão e implementar medidas para prevenir que haja falhas no mecanismo de pedido de quotas.

Infelizmente, quando acontecem estes casos ou quando a DSAL é interpelada sobre as medidas que vão ser tomadas para os prevenir, esta responde sempre da mesma maneira: “temos uma postura frontal para resolver estas questões e avaliamos os pedidos de quotas de TNR com prudência”, contudo, estes Serviços nunca divulgaram os nomes das empresas que utilizam estes meios para obter quotas de TNR de forma fraudulenta, nem divulgam as

sanções aplicadas aos infractores. Porquê? As sanções são suficientes? A sociedade duvida da determinação do Governo em combater estes actos ilegais!

Pelo exposto, solicito ao Governo que reveja os mecanismos de avaliação e autorização de quotas de TNR, efectue os trabalhos de fiscalização posteriores à autorização e implemente medidas para prevenir que haja falhas neste mecanismo. A médio e longo prazo, deve avaliar o mercado de trabalho local, analisando e estudando as necessidades de recursos humanos dos vários sectores, para serem fundamentos objectivos de autorização de TNR. Mais, deve ainda efectuar estudos para aumentar as sanções das infracções administrativas, elevando assim o custo das ilegalidades e vedando todas as possibilidades de infringir a lei.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 21.11.2016

Os contratos de concessão do serviço de autocarros, celebrados com as 3 concessionárias, vão expirar em meados de 2017 e 2018. O Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Lam Hin San, revelou recentemente que as discussões estavam em curso, e que ia tomar como referência a prática no território vizinho, bem como o bom e o mau dos serviços de autocarros nestes últimos anos, para otimizar os contratos. Mas até ao momento nada se viu. A população está atenta, para ver se o Governo consegue, nos restantes meses, fazer bem os trabalhos preparatórios, em prol da prestação, sem sobressaltos, do serviço de transportes públicos.

No passado, os contratos de serviços públicos acarretaram vários problemas e confusões, ou então os serviços ficaram sem ninguém para os assegurar, devido à sua renovação, defeitos na adjudicação e insucesso na transição. Por exemplo, o contrato de serviços de autocarros de duas concessionárias terminou em 2008, e o Governo renovou-o com um contrato provisório de 2 anos, mas só no início de 2011 é que foi feita a adjudicação dos novos serviços. O contrato do serviço especial de táxis terminou em 2011, tendo sido renovado 3 vezes, e em 2014 deixou de ser renovado, não havendo este serviço há mais de 2 anos, e só voltará a funcionar em Abril do próximo ano.

Mais, o contrato relativo aos parques de estacionamento com parquímetros localizados na via pública caducou em Abril passado; após concurso público, com a entrada em funcionamento da nova operadora os cartões electrónicos da antiga operadora deixaram de funcionar. Segundo o contrato, a nova operadora tinha de substituir até ao 4.º trimestre do próximo ano, pelo menos, 85% dos parquímetros. Mas já se passou mais de meio ano e os trabalhos de substituição dos parquímetros ainda não começaram. Os residentes apenas podem “meter moedas” nos parquímetros, o que constitui um incómodo. Os trabalhos de transição não foram, pois, devidamente efectuados.

Mais, o contrato de “Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos da RAEM” deveria ter terminado em Setembro de 2011, mas as autoridades não conseguiram acabar a tempo os trabalhos de planeamento do contrato, do concurso público e da concessão, por isso o prazo da prestação de serviços desta empresa foi estendido várias vezes; findo o concurso público, devido à insatisfação de uma empresa participante, foi intentada acção judicial, e assim se arrastou por quase três anos até a concessão ficar definitiva, um processo que decorreu com sobressaltos. Para além disso, registaram-se também situações semelhantes no licenciamento dos serviços televisivos por subscrição e de telecomunicações de rede fixa, e inúmeros casos em que não se conseguiu salvaguardar o interesse público, por problemas na

concessão e na transferência de serviços de utilidade pública, afectando a sua obtenção por parte da população, ou por falta de tempo, o que deixou as autoridades numa posição passiva.

A renovação das concessões de serviços públicos e a transição entre concessões, para além de afectarem a vida da sociedade e trazerem inconvenientes para a população, também estão relacionadas com a transição dos trabalhadores e a protecção dos seus interesses. Em finais de Setembro, um grupo de trabalhadores da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da península de Macau pediu-me apoio, porque a gestão da ETAR seria transferida para outra empresa em menos de uma semana e, como não havia informações sobre o futuro do pessoal, estavam preocupados. Depois do acompanhamento deste caso, os trabalhadores conseguiram manter-se na empresa, mas isto demonstra que os trabalhadores podem ser afectados quando há pouco tempo para a transição entre as concessões públicas.

Como o contrato de concessão do serviço de transportes colectivos vai caducar em breve, o Governo deve retirar os ensinamentos do passado e rever o actual contrato de concessão, clarificando quanto antes o futuro do desenvolvimento desse serviço público. Assim, deve preparar quanto antes os trabalhos do concurso de adjudicação para assegurar que o serviço prestado não venha a ser afectado devido a atrasos administrativos e, deste modo, proteger os trabalhadores das empresas de autocarros.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 21.11.2016

Segundo as LAG divulgadas pelo Chefe do Executivo, os orçamentos das despesas comuns e dos planos de investimento vão aumentar no próximo ano para 29,4% e 37,8%, respectivamente. O verdadeiro alcançar do objectivo de “manutenção das despesas dentro dos limites das receitas” pressupõe um orçamento científico e rigoroso, especialmente quanto à sua elaboração, aos concursos e às adjudicações das obras públicas. Isto não pode ser feito à “trouxe-mouxe”.

Desde a transferência de soberania que os preços das grandes obras têm ultrapassado em muito os valores orçamentados, afectando a credibilidade e a dignidade do Governo. As obras da Ponte Sai Vai foram adjudicadas por 560 milhões de patacas, mas as obras adicionais custaram mais de 100 milhões; o montante das obras do túnel subaquático da Universidade de Macau foi muito fácil de apurar, foi só multiplicar a unidade de preço pela distância entre as margens do rio para se chegar a 500 milhões de patacas, no entanto, não foram tidos em consideração os prejuízos para os transportes marítimos, entre outros factores. E no final, só esta obra ficou por 2 mil milhões de patacas, e por causa disso, o valor total do orçamento do ano respectivo passou de 5,8 mil milhões para 9,8 mil milhões de patacas, e acabou em 10,2 mil milhões de patacas; o Terminal Marítimo do Pac On tinha um orçamento de 600 milhões, mas este acabou em 3,8 mil milhões de patacas; quanto ao metro ligeiro, o orçamento era de 4,2 mil milhões e neste momento já ultrapassou os mil milhões de patacas, para além disso, já se passaram mais de dez anos e ainda não foi tomada uma decisão sobre o traçado da península de Macau; e a nova biblioteca central vai custar 900 milhões, mas muitos residentes têm dúvidas quanto ao cálculo deste valor, de ter sido feito à “trouxe-mouxe”.

Os concursos públicos para as obras falham na cientificidade e no rigor, ignorando a importância da integridade e credibilidade dos concorrentes. Normalmente, os parâmetros de avaliação são o custo, plano, prazo de execução e experiência, etc., que representam uma percentagem na classificação final. O parâmetro integridade e credibilidade vale 5 pontos, e em muitos concursos nem aparece, e o custo representa entre 40 e 60%. Por isso, há lacunas. Por exemplo, o antigo director da Sociedade de Investimentos e Fomento Imobiliário Chon Tit (Macau) Limitada foi condenado a pena de prisão, por subornar Ao Man Long nas obras da Ponte Sai Van. Em Fevereiro de 2009, esta empresa venceu, com o custo mais baixo de 440 milhões de patacas, o concurso público da DSSOPT para o parque de estacionamento da Rua Seng Tou (Central Park), porque não era preciso avaliar o item integridade e credibilidade. Por outro lado, quando este é considerado, as empresas apresentam propostas conjuntas, minimizando assim a penalização. Com uma proposta de custo muito reduzido, conseguem atenuar o impacto da integridade e credibilidade e obter uma boa classificação. Para estas

empresas que subornam, e para as que têm salários em dívida, contratam ilegais e têm muitos acidentes de trabalho, os cidadãos não sabem quais são as medidas sancionatórias.

Devido às deficiências do regime de avaliação dos concursos públicos, depois de a proposta mais barata é que os problemas surgem. Após a adjudicação da empreitada do Parque Central na Taipa, uma dezena de empresas concorrentes apresentaram uma reclamação ao Chefe do Executivo. De facto, a população queixa-se da utilização de material de construção que não corresponde ao preço pago e da baixa qualidade das obras. Em 2011, a habitação social de Mong-Há foi adjudicada a uma empresa privada por 680 milhões de patacas e, em 2012, a oficina do metro ligeiro foi também adjudicada a uma empresa privada por 550 milhões de patacas. Ambas as adjudicações resultaram em conflitos, as obras arrastaram-se durante anos, o Governo teve de pagar um montante elevado para romper com as empresas e abrir novo concurso. Essas empreitadas foram finalmente adjudicadas pelo montante mais elevado, respectivamente, 1830 milhões de patacas e 1070 milhões de patacas, ou seja, quase que triplicou, e o erário público foi desperdiçado como papel higiénico.

Com as construções de infra-estruturas e o investimento público, o Governo quer aumentar os postos de trabalho e promover o crescimento económico, e a competitividade e a dinâmica da economia, em prol do bem-estar da população. Porém, o orçamento das obras, o concurso público, e a adjudicação não podem ser por “adivinhação”. Macau vai ter muitas empreitadas públicas no futuro, como os aterros, o novo acesso entre Macau e Guangdong, o reordenamento do Canal dos Patos, os obras para resolver as inundações no Porto Interior e a quarta ligação Macau-Taipa. Como é que o Governo vai então seguir as “cinco etapas” para a elaboração do orçamento, referidas pelo Chefe do Executivo? As autoridades devem garantir a integridade nos concursos públicos e evitar os problemas resultantes da atribuição das empreitadas ao preço mais baixo, de forma a que a população deixe de questionar e passe a elogiar o Governo. Como é que o Governo vai conseguir isso? De facto, os dirigentes devem deixar de lado a adivinhação!

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 21.11.2016

O Governo e a sociedade estão atentos ao desenvolvimento a longo prazo de Macau. A nossa indústria pouco diversificada tem impacto sobre os impostos e o emprego, por isso, o Governo Central e o Governo da RAEM apresentaram um novo rumo de desenvolvimento.

Recordando o espírito e o Plano de acção da 5.^a Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que terminou no passado mês de Outubro, o Primeiro-ministro, Li Keqiang, concluiu que era importante para Macau assumir o papel de “ponte invisível”. No Plano quinquenal de desenvolvimento da RAEM, o Governo definiu, claramente, o objectivo de construção de uma cidade inteligente, sendo assim, é imperativa a construção da rede informática. A 3.^a Conferência Mundial de Internet, que teve lugar em meados deste mês, contribuiu para juntar os dados recolhidos.

Nesta 3.^a Conferência Mundial de Internet, que teve lugar em Wuzheng, o Sr. Mayun (Jack Ma) manifestou que o futuro está nas mãos dos países e dos jovens que aproveitarem bem a internet. A troca e partilha de opiniões com os participantes reforçaram a minha confiança em Macau, ao nível da assunção do papel de ponte de cooperação comercial entre a China e os PLP, e da diversificação económica. Em particular, Macau pode tirar proveito em ser um Centro de distribuição de produtos dos PLP.

A maioria dos produtos tem as suas próprias etiquetas de designação (por exemplo, o código de barras, o código QR, etc.), mas, de um modo geral, não podemos consultar facilmente as suas informações, porque não há um tratamento informatizado uniforme para os diferentes tipos de produtos. Vivemos numa era de explosão da informação, mas existe uma situação de escassez de informações disponíveis na sociedade. De facto, estamos a criar a “rede das coisas” e não a “internet das coisas”.

Tendo em conjugação a ideologia da internet, na minha opinião, para Macau ser a “ponte invisível”, é possível fazer o seguinte: primeiro, criar a ponte da internet das coisas e dos dados entre a China e os PLP e, segundo, criar a ponte de gestão e seguimento dos produtos importados e exportados dos referidos países.

A criação em Macau da plataforma da internet das coisas da China e dos PLP permitirá aos consumidores da China acederem facilmente às informações dos produtos dos PLP importados ou manufacturados por Macau, e atrair a importação por Macau dos produtos dos PLP para a China.

A vantagem de criar esta plataforma em Macau reside na confiança já

depositada pelos compatriotas do Interior da China em relação aos produtos de Macau, por isso, é natural que seja criado em Macau um sistema de rastreabilidade e de antifalsificação. Enquanto ponte de cooperação entre a China e os PLP, a RAEM tem um sistema jurídico, talentos de língua portuguesa e relações comerciais ideais, portanto, tem condições para otimizar todo o processo, incluindo a transacção, a liquidação, a passagem fronteiriça, a logística, etc., o que irá poupar tempo e dinheiro, e também criar mais novos tipos de empresas e postos de trabalho em Macau.

Neste momento, já foi estabelecida a rede de informação de talentos de comércio entre a China e os PLP. A seguir, vai ser criada a rede de informações sobre os produtos e alimentos dos países lusófonos, ou seja, através da internet e da análise dos dados, poderá saber-se a origem dos produtos, no caso de se detectarem quaisquer problemas, e de onde foram importados. Assim, será atingido o objectivo de rastreabilidade e de antifalsificação.

O Governo está a promover o desenvolvimento de novas indústrias, e a forma mais eficaz é: importar as técnicas modernas do nosso País e conjugá-las com o papel de Macau como plataforma entre a China e os PLP, em prol de esforços conjuntos na procura de políticas “win-win”. No processo de concretização, poder-se-á expor aos PLP as técnicas utilizadas pelo País na criação da “internet das coisas”, o que poderá criar mais oportunidades de desenvolvimento para os nossos jovens, impulsionar a nossa diversificação económica, e acelerar e concretizar os serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP.

Através da “internet das coisas”, efectua-se a troca de informações entre a plataforma da rede de internet e a plataforma da rede de “internet das coisas”. A criação em Macau de uma “plataforma de ‘internet das coisas’ entre a China e os PLP” vai contribuir para a maximização do papel de Macau como ponte de ligação entre a China e os PLP, e para o reforço da influência da China sobre o ciberespaço internacional. Para além disso, poder-se-á ainda incentivar o desenvolvimento das potencialidades do Interior da China e das empresas de Macau, em prol do caminhar em conjunto rumo à concretização de novas políticas no exterior. Assim sendo, não é bom?

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 21.11.2016

Desde o retorno à Pátria que têm sido constantes os problemas de qualidade nas habitações públicas, por exemplo, o desprendimento de azulejos, avarias de elevadores, etc. O caso mais recente aconteceu numa habitação económica do Edifício Cheng Yi, onde ao fim de apenas 4 meses desde a sua ocupação ocorreu uma infiltração de água, demonstrando, mais uma vez, que existem problemas com a qualidade e gestão das obras públicas.

Segundo o projecto, o edifício Cheng I deveria estar acabado em 2012, contudo, isso só aconteceu no princípio deste ano. Os residentes esperaram muito tempo para conseguir uma fracção nesse edifício, pois foram complexos os procedimentos desde a finalização das obras até à emissão da licença de utilização. Foi um assunto que sempre me preocupou bastante e insisti sempre com o Governo para divulgar a data da entrega das chaves. Já se finalizaram todos os procedimentos e todos os proprietários já lá vivem, no entanto, infelizmente, ao fim de poucos meses de ocupação, o edifício já apresenta alguns problemas.

Segundo a imprensa, durante a limpeza de um tanque, a empresa de administração de condomínio deixou que a água se acumulasse e acabasse por transbordar, inundando gravemente várias fracções autónomas e danificando mobílias e electrodomésticos. Os lesados são moradores, logo, o Governo tem de acompanhar o caso para apurar responsabilidades e exigir indemnizações. A par disto, há que investigar se tal se deveu a deficiências do projecto ou a erro da empresa de administração na execução dos trabalhos de limpeza, ou seja, há que apurar as causas e que exigir aos responsáveis que introduzam melhorias e estudem as formas para indemnizar os lesados.

De facto, também há problemas de má gestão e manutenção em várias instalações públicas, problemas que o Governo deve tratar com seriedade e rigor, encarregando os respectivos serviços, empreendedores e empresas de administração de os resolver quanto antes, e de efectuar bem a manutenção. Mais, quanto às habitações públicas que vão sendo construídas e concluídas e às demais obras, há que fiscalizar bem a qualidade para que esta seja controlada em conformidade com a relação custo-benefício, e que aperfeiçoar a fiscalização, vistoria, gestão a posteriori, responsabilização e indemnizações em caso de acidentes. E especialmente na celebração dos contratos de administração, há que definir claramente os critérios sobre os serviços de gestão, os direitos e responsabilidades e as sanções, para que os direitos e interesses dos proprietários sejam protegidos, pois só assim será possível construir um ambiente adequado à habitação, proteger a segurança dos cidadãos e manter uma boa qualidade de vida.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 21.11.2016

O “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM” refere que vão ser concluídos os trabalhos de revisão dos diplomas do ensino técnico-profissional e a introduzidas graduais melhorias no regime e nas medidas de garantia do ensino técnico-profissional, e nas LAG refere-se o seguinte: “a inovação do modelo de desenvolvimento do ensino técnico-profissional para a criação de um sistema dinâmico do ensino técnico-profissional que se adapte ao desenvolvimento diversificado das indústrias e que contribui para a aplicação de talentos cultivados.” Mas apenas isto. Nas “Linhas Gerais do Planeamento para a Educação Nacional (2010 a 2020)” refere-se que o ensino profissional é parte relevante da educação, e que só o aperfeiçoamento desta vertente de ensino pode satisfazer as necessidades socioeconómicas ao nível dos talentos.

Nestes últimos 10 anos, Macau passou por grandes mudanças ao nível socioeconómico. E a actual formação técnico-profissional já não consegue impulsionar o desenvolvimento socioeconómico. Segundo os dados estatísticos, no ano lectivo de 2015-2016 inscreveram-se 1065 alunos, o número mais baixo de sempre nestes últimos 10 anos. Cerca de 70% dos que concluíram o curso continuaram os estudos em áreas não relacionadas com as técnicas já adquiridas, visto que tanto os alunos como os encarregados de educação não têm confiança no mercado de trabalho. A par disso, os cursos técnico-profissionais estão desactualizados e não conseguem acompanhar o passo do desenvolvimento social. Também falta em Macau um regime de certificação profissional, por isso, as técnicas adquiridas não são reconhecidas.

O Governo deve rever o rumo de desenvolvimento do ensino profissional, proceder ao respectivo planeamento partindo duma perspectiva científica e prospectiva, e reforçar o apoio às escolas técnico-profissionais, por exemplo, estudar a criação de uma plataforma de formação via internet, e incentivar as escolas a recorrer a diversos meios para organizar formação técnico-profissional. O Governo deve ainda desempenhar o seu papel mediador, reforçando a cooperação entre as escolas e as empresas, por forma a proporcionar um melhor ambiente de estágio aos alunos.

A longo prazo, há que recorrer à revisão da respectiva legislação para conseguir resultados eficazes. Assim sendo, o Governo tem de acompanhar a evolução dos tempos, rever quanto antes a legislação do ensino técnico-profissional, que está desactualizada, e impulsionar através da lei o regime de credenciação profissional, para que os alunos consigam obter conhecimentos específicos e melhores empregos, em prol de melhor servir a sociedade.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 21.11.2016

Impulsionar a mobilidade bidireccional de talentos e acelerar o desenvolvimento diversificado da economia

Durante a sua recente visita a Macau, o Primeiro-ministro Li Keqiang anunciou várias medidas e políticas em prol do aprofundamento da posição de Macau enquanto plataforma de cooperação entre a China e os PLP. Sublinhou, mais uma vez, a importância dos talentos, e apontou a necessidade de se “dar atenção à educação dos jovens”, que são “o futuro de Macau e da China”.

São necessários dez anos para plantar uma árvore e cem anos para formar um ser humano. A educação, os talentos e o desenvolvimento estão interrelacionados. Desde o 2.º semestre de 2014 que a economia de Macau se encontra em fase de ajustamento. E perante a exigência do Estado em relação à diversificação adequada da nossa economia, nesta cidade “coexistem as oportunidades e os desafios”. Atendendo à tendência de desenvolvimento de Macau, o Governo criou, entretanto, a Comissão de desenvolvimento de talentos, e a formação de talentos passou a assumir-se como ponto-chave.

Nestes últimos anos, a sociedade foi-se apercebendo, gradualmente, da necessidade de mais talentos para o seu desenvolvimento, em particular da necessidade de criar uma grande reserva de elites em favor do desenvolvimento diversificado de Macau a longo prazo. Assim, quanto à formação de talentos, apresento as seguintes sugestões:

1. Introdução parcial e a curto prazo de talentos, com vista à “incubação” de talentos

Macau quer concretizar as medidas e políticas do Governo Central que beneficiam o alcançar da diversificação económica, e os talentos assumem-se como ponto-chave. No entanto, é uma verdade incontestável que Macau tem falta de talentos. A sociedade tem uma imensa necessidade de talentos em certas áreas profissionais, para poderem preencher lugares que vão aparecer com o actual desenvolvimento. Por isso, o Governo pode agir em articulação com as necessidades decorrentes do desenvolvimento dos diversos sectores de Macau, pode assumir uma postura prospectiva e tentar utilizar políticas de curto prazo para atrair talentos profissionais do Interior da China e do estrangeiro, liderar os jovens e os sectores para formar muitos mais talentos e promover, a passo seguro e de forma ordenada, o crescimento dos talentos locais.

2. Proporcionar mais oportunidades de formação e de prática aos locais, através da cooperação regional

A incubação e a formação de talentos dependem de factores externos, mas o

Governo pode definir planos de longo prazo para a formação de talentos, e através das vantagens regionais e das oportunidades de cooperação regional, proporcionar aos locais mais oportunidades de formação, de prática, de trabalho e de empreendimento nas regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas, do Delta do Rio Yangtze, e de Beijing-Tianjin-Hebei, para estes poderem assim explorar as suas potencialidades, aumentar as suas próprias qualidades, trazer os conhecimentos que adquiriram e proceder à sua difusão, a fim de se promover a aprendizagem contínua dos nossos residentes, reforçar a sua competitividade, e contribuir para o desenvolvimento de Macau.

3. A sociedade tem de encarar a formação e a mobilidade de talentos com abertura e tolerância

A mobilidade de talentos tem sido contínua ao longo dos tempos. A concorrência e o intercâmbio adequados são elementos importantes para transformar um indivíduo de qualquer camada social num empreendedor, corajoso e criativo, para benefício do desenvolvimento social. Podemos constatar que a mobilidade bilateral de talentos contribui para a manutenção quer da sua vitalidade e criatividade quer do círculo virtuoso de talentos. E tendo em conta a diversificação da indústria, há que formar mais talentos e que assegurar que essa formação acompanhe o desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 21.11.2016

Implementação de um seguro de saúde que abranja toda a população para proteger os residentes

Os serviços de cuidados de saúde apresentam-se como necessidade relevante para a vida da população, e um indicador importante para se verificar o desenvolvimento da cidade. Nos últimos anos, o Governo investiu mais recursos na área da saúde, cujas despesas orçamentais passaram de 4,3 mil milhões, em 2013, para 8,1 mil milhões de patacas, em 2017. Nestes anos, o Governo dedicou-se à promoção da reforma da saúde e conseguiu alguns resultados. Recentemente, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário passou na avaliação pelo Conselho Australiano de Normas de Saúde (ACHS), conseguindo uma classificação de excelência em relação a 4 serviços, o que revela uma melhoria progressiva da qualidade dos nossos serviços de saúde.

Porém, quanto ao tempo de espera e à qualidade, continua a haver uma certa distância em relação às expectativas dos cidadãos, aliás, há ainda margem de aperfeiçoamento no que respeita à protecção na doença. A protecção do Governo abrange algumas doenças mais graves, mas o âmbito de abrangência dos tipos de doenças e da qualidade dos destinatários não é suficientemente amplo nem inclusivo, pois muitos cidadãos continuam excluídos do sistema de protecção, levando a que muitos se sintam inseguros em relação aos cuidados de saúde.

Dando o exemplo da “classe sanduíche” e das famílias mais carenciadas, estes 2 grupos têm muita pressão no trabalho e são mais vulneráveis a doenças, mas “não podem adoecer”, pois sentem-se inseguros e com medo. Mesmo que os cônjuges ganhem 18 mil patacas mensais, ao descontar os gastos com a educação dos filhos, o arrendamento ou pagamento do empréstimo da casa e a alimentação, no final do mês, não lhes resta muito dinheiro. Assim, estão sempre muito preocupados, porque, se um deles adoecer, a família fica sem um dos pilares económicos e ainda têm de pagar valores exorbitantes pelas custas da saúde, deixando a família numa situação muito vulnerável.

O Governo está determinado em implementar “cinco anos brilhantes”, mas, embora tenha tido alguns progressos, não consegue dar segurança à população no âmbito dos cuidados médicos. Sugerimos às autoridades que, ao continuarem a promover a construção de hospitais, a formação de talentos médicos, a elevação da qualidade dos serviços, a redução do período de espera, ao mesmo tempo, numa visão macro, revejam as actuais políticas médicas e o regime de assistência social, optimizem e reorganizem a distribuição dos respectivos recursos, e criem um regime de seguro médico para toda a população, aproveitando este

mecanismo para criar o efeito de dispersar os doentes. Este regime, para além de poder aliviar os encargos dos hospitais de Macau, controlando os custos médicos que estão em constante expansão, pode servir de garantia de saúde aos residentes, dando-lhes mais escolhas, por isso, sugere-se a sua concretização por parte do Governo.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 21.11.2016

Para comprar uma habitação, muitos trabalhadores poupam os seus salários, passam com frugalidade o dia-a-dia e a sua qualidade de vida torna-se cada vez mais pior, mas a subida do preço das habitações leva-lhes os esforços em vão, o que leva à contorção do valor social. O Governo da RAEM está consciente deste problema, por isso presta grande atenção ao problema da habitação, ouve as opiniões de todos os sectores sociais, salienta repetidamente a intenção da resolução deste problema e até lança, constantemente, dados sobre a construção das habitações públicas. Pena é que as políticas mudem sempre, mas a vida dos residentes não muda.

O Governo salienta repetidamente o factor principal que leva à subida do preço das habitações, que é o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Para aumentar a oferta, o Governo vai construir mais habitações públicas. Para além das 19 000 fracções construídas, vais construir mais 19 000 fracções, inclusivamente, as 4600 vindas dos 6 terrenos, da Central Térmica na Avenida de Venceslau de Moraes, da zona do Lam Mau, etc., mais 8 mil fracções na Avenida Wai Long e mais um plano de longo prazo de construir 28 000 fracções na zona A dos novos aterros. Para isso, o Governo tomou a iniciativa de recuperar terrenos para reserva, por exemplo, a divulgação da caducidade da validade de 38 concessões de terrenos, e a área total destes é de cerca de 400 mil metros quadrados. Creio que os residentes de Macau já conhecem esses dados, mas muitos terrenos ainda não reúnem condições de construção, os aterros ainda não estão concluídos, os terrenos a recuperar estão envolvidos em muitas acções judiciais, e tudo parece um sonho, não se sabendo a data da conclusão da construção, mas sempre ouvi a garantia verbal da sua construção por parte do Governo e, antes da sua conclusão, só podemos acreditar na respectiva garantia e rir porque o mundo vai ser mais encantador!

Temos uma certa quantidade de casas públicas, mas destina-se só aos grupos vulneráveis, portanto, há muitos trabalhadores excluídos deste regime. Face à situação em que a procura de casas públicas é maior do que a oferta, o rumo a seguir é o controlo do mercado de imóveis. No passado, o Governo implementou várias medidas de curto prazo, incluindo as “10 medidas do ex-Secretário Lau” e as “8 medidas novas”, mas como não foram o “tratamento adequado”, não produziram o efeito pretendido. Para baixar os preços das casas, na China e em Hong Kong foram tomadas “medidas picantes” de estabilidade. Em Hong Kong, foi implementada a cobrança dum imposto de selo de 15% para a aquisição de casa que não seja a primeira, o que levou a um choque para tal efeito. Mas em Macau, mesmo com as receitas do jogo a subir outra vez, o Governo diz que ainda estamos em fase de observação, portanto, a população de Macau só pode continuar a “olhar para o céu”.

O mundo e as pessoas estão a mudar, portanto, a posição de “manter a regra invariável perante a mudança da situação” já não está actualizada, e “tomar uma posição activa” tornou-se uma tendência mundial. As casas públicas e privadas têm uma função habitacional e financeira. Mas o actual preço das privadas já ultrapassou a capacidade normal de aquisição, e as públicas são apenas “a água que está longe e não consegue combater o fogo que está perto”, assim, o Governo deve estabelecer medidas atempadas e eficazes, para promover um desenvolvimento paralelo entre o mercado privado e a oferta de casas públicas, e atingir o bem-estar para todos. Sugiro que, por iniciativa do Secretário para a Economia e Finanças, se faça um estudo e se estabeleçam medidas em relação ao mercado imobiliário, se proceda à revisão dos dois controlos de mercado realizados para encontrar as suas insuficiências, e se aprenda com as medidas das regiões próximas, como a cobrança fiscal em forma de “escada”, para promover um desenvolvimento saudável do mercado privado. Face ao grande número de casas públicas a construir, deve-se criar uma empresa pública para promover e acelerar a sua construção, e o desenvolvimento paralelo da sua qualidade e quantidade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 21.11.2016

Aperfeiçoamento do sistema de transplantação de órgãos e impulsionamento do progresso das ciências da vida

Com o apoio da equipa do Interior da China, concluiu-se, recentemente e com sucesso, em Macau, o primeiro transplante renal, virando-se assim uma nova página na área da saúde. A transplantação pode realizar-se com rins provenientes de pessoas vivas ou de pessoas mortas. No caso referido foi um dador vivo e familiar do doente. Isto quer dizer que a transplantação renal de dadores mortos ainda não se faz em Macau.

Na palestra sobre o estabelecimento da *China's organ transplant system*, o Presidente da *China Organ Transplantation Development Foundation*, Huang Jiefu, afirmou que era necessário regulamentar expressamente por lei a transplantação de órgãos. Trata-se de um assunto que envolve várias vertentes, social, económica e cultural, e que demonstra o nível dos sistemas de saúde das regiões ou países. No sentido de impulsionar o desenvolvimento das ciências da vida, é indispensável ter capacidade para realizar transplantes de órgãos, isto é um sinal de civilização e progresso social. Segundo o referido presidente, o sistema de saúde de Macau regista um desenvolvimento satisfatório, podendo então estabelecer-se um sistema China-Hong Kong-Macau ao nível da partilha de órgãos. Assim, a transplantação de órgãos poderia realizar-se antes da conclusão da construção do complexo hospitalar nas ilhas, e o respectivo processo legislativo deve estar concluído quanto antes.

A Lei n.º 2/96/M que “Regula a dádiva, a colheita e a transplantação de órgãos e tecidos de origem humana”, as “Directrizes para a determinação da morte cerebral” e os “Critérios e regras de certificação da morte cerebral”, que entraram em vigor no dia 23 de Outubro, são suportes legais para a colheita em cadáveres e a transplantação de órgãos. Assim sendo, solicito ao Governo para, tendo em conta a Lei n.º 2/96/M, definir regras e directrizes para a execução da transplantação de órgãos; e para formar pessoal para as equipas de gestão de assuntos de doação local, perícia de morte cerebral, e ainda para as equipas cirúrgicas e de acompanhamento pós-operatório. Há que avaliar as condições dos hospitais onde é efectuada a transplantação de órgãos, criar um sistema de registo e de espera, rever o decreto-lei sobre o cartão individual de doador, formar equipas médicas e de enfermagem locais, e definir uma calendarização para desenvolver os trabalhos de transplantação de órgãos em Macau. E após os respectivos estudos de avaliação, há que divulgar quais são os hospitais com condições para a transplantação de órgãos, e regulamentar e fiscalizar os procedimentos de execução dessa transplantação, por forma a evitar situações imorais e infracções.

Segundo os Serviços de Saúde, é difícil encontrar órgãos compatíveis, e das 1900 pessoas que morrem anualmente em Macau, são menos de 10 as que podem doar órgãos, portanto, não é possível satisfazer as necessidades. O Governo planeia incluir os doentes locais que estão na lista de espera para transplantes de órgãos na lista de espera da China, o que é para eles uma boa notícia. Assim, proponho o seguinte: o Governo deve reforçar a comunicação com os serviços competentes da China quanto aos mecanismos de tratamento no exterior e encaminhar os doentes locais para o transplante de órgãos na China, cumprindo as respectivas leis, a fim de permitir a sobrevivência dos doentes através do apoio da China.

Os diversos sectores sociais devem esforçar-se em conjunto nas respectivas acções de sensibilização e educação, incentivar as pessoas a fazerem o registo de doação, e reforçar os conhecimentos da população sobre a morte cerebral e a doação de órgãos, como vista à implementação gradual do sistema de doação de órgãos em Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 21.11.2016

Com vista a controlar as necessidades do investimento imobiliário e a prevenir a entrada de capitais do exterior, que só aquecem o sector imobiliário, o Governo de Hong Kong aumentou, recentemente, o imposto de selo das fracções residenciais. O objectivo é enfrentar o aumento dos preços devido ao aumento do investimento e do número de investidores do exterior.

Macau também está perante a mesma situação, mas o Governo de Macau apenas refere que vai actuar quando for necessário, que está atento ao desenvolvimento do sector imobiliário e que dispõe de serviços competentes atentos à situação do desenvolvimento quer deste sector quer d do sector financeiro, no entanto, as regiões vizinhas já estão a implementar medidas para o respectivo controlo¹. Os mercados de Hong Kong e Macau estão estreitamente ligados, e nestas 2 Regiões o fluxo de capitais é livre, e como o Governo de Hong Kong implementou as medidas referidas, o mercado de Macau vai sofrer o risco de se “inundar”. Há quem afirme que os investimentos de não residentes no sector imobiliário atingem apenas 10% e que, por isso, não são necessárias preocupações, contudo, os dados estatísticos de Macau são obsoletos e não conseguem reflectir, de forma atempada, as alterações do mercado, e como o mercado é pequeno, não vai precisar de muito tempo para sofrer com o fluxo de capitais do exterior. Os preços das casas vão, decerto, aumentar em flecha, e isso vai afectar ainda mais os problemas habitacionais dos residentes. As políticas a implementar têm de prever o futuro, não se pode ficar sentado e esperar para ver. Se só se tomarem medidas depois de o mercado imobiliário de Macau sofrer de uma “bolha de investimento”, poderá ser tarde demais.

Além disso, no mercado imobiliário de Hong Kong o preço das casas subiu 8,9%, em Agosto, relativamente a Março do corrente ano, uma diferença de apenas 3,5% comparativamente com o seu máximo histórico. Contudo, segundo os dados, em Macau, o preço em Setembro era de 81 769 patacas por metro quadrado (área útil), uma subida de 12,5% relativamente às 72 741 patacas registadas em Março², portanto, muito superior à de Hong Kong. Importa referir que o número de transacções duplicou em Outubro relativamente à média anual, cujo preço está a 89 430 patacas por metro quadrado, o que corresponde a uma subida mensal de 9,3% e anual de 12,7%³. Em Hong Kong, após o lançamento de medidas “agressivas”, a taxa dos impostos a cobrar a não residentes passou para 30 a 50% e se essa mesma taxa se mantiver inalterável em Macau, então é de cerca de 11 a 33%, muito abaixo do nível de Hong Kong. Mais, com o lançamento em várias províncias e cidades da China de medidas de controlo de aquisições e de pedidos de crédito à habitação, procurar vias de capitalização torna-se urgente,

¹ Diário de Macau: “Conferência de imprensa sobre o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2017” (16 de Novembro de 2016).

² Dados estatísticos do Rating and Valuation Department de Hong Kong e da Direcção dos Serviços de Finanças de Macau.

³ Informações da TDM (18 de Novembro de 2016).

portanto, se Macau não se ajustar ou articular as suas medidas com as regiões vizinhas, atrairá, decerto, a circulação livre de capitais, a entrada de capitais em Macau será a um ritmo muito mais acelerado, e assim perderá a melhor altura para prevenir riscos.

Neste momento, os preços dos imóveis ainda são inoportáveis para os bolsos dos residentes. Assim, e para evitar os efeitos negativos decorrentes das medidas “agressivas” da região vizinha, há que pensar em medidas preventivas para evitar que os efeitos de um vácuo político atraiam a afluência de capitais que estimulem mais uma vez o mercado imobiliário, no sentido de prevenir o disparo e as “oscilações” de preços dos imóveis e de resolver prioritariamente os problemas habitacionais dos residentes. Assim sendo, exorto mais uma vez o Governo para não retirar as medidas “agressivas”, em prol da estabilidade do mercado imobiliário, e para ajustar ou corresponder, consoante a situação, às respectivas medidas, de forma a satisfazer as necessidades de procura dos residentes, adoptando medidas ainda mais agressivas ou até mesmo impedir a entrada de capitais estrangeiros com fins especulativos. A fim de evitar bolhas no mercado imobiliário, mais vale prevenir do que remediar. Além disso, há que acelerar a aprovação e vistoria dos projectos do sector privado para aumentar a oferta, bem como elevar o grau de transparência das informações e disciplinar os procedimentos de venda, em prol do saudável e estável crescimento do mercado.

IAOD da Deputada Chan Hong em 21.11.2016

Aumentar o apoio e estabilizar o corpo docente no ensino especial

O ensino especial começou tarde em Macau e tem uma base pouco sólida. Apesar de ter merecido a atenção e o apoio do Governo nos últimos anos, o seu desenvolvimento ainda é relativamente lento.

Actualmente, a Lei do ensino especial encontra-se em processo de revisão, e ainda não é conhecida a data da sua conclusão. Quanto às instituições do ensino especial, são diversos os problemas: espaço limitado para as actividades; falta de equipamentos e imperfeições em termos do plano de estudos e elaboração de materiais didácticos; remuneração e benefícios sociais insatisfatórios dos professores; pouca possibilidade de desenvolvimento dos graduados.

No âmbito do ensino inclusivo, o número de estudantes tem vindo a aumentar, atingindo neste momento 900. Porém, só há 37 escolas com este tipo de ensino e oferecem poucas vagas. Apesar de haver escolas nocturnas que integram ensino inclusivo, a aposta de recursos e o apoio político por parte do Governo são insuficientes. A formação sistemática dos professores também deixa a desejar. Neste momento, a DSEJ concede a equivalência de licenciatura de 4 anos em ensino especial aos que frequentam uma formação de 180 horas a tempo parcial. Esta medida não é capaz de resolver o problema pela raiz. A longo prazo, é necessário formar docentes licenciados nesta área. Além disso, a remuneração e os benefícios dos professores de recurso são equiparáveis aos dos directores de turma e dos responsáveis de uma disciplina, por isso é difícil reter os talentos. Mais, há falta de apoio para os alunos deste tipo de ensino, após a sua transição para o ensino superior.

Nas instituições de serviço social, os docentes de ensino especial têm remunerações e regalias muito inferiores às dos docentes das escolas de ensino regular. Em consequência, essas instituições têm dificuldade em manter e recrutar o pessoal docente, na sequência do grave problema de saída dos docentes.

Tanto no ensino especial como no ensino integrado, ou naquele que é disponibilizado pelas associações de serviço social, há falta de apoios e de docentes. Para manter a estabilidade da equipa docente e atrair mais interessados para esta profissão, proponho o seguinte:

1 – Acelerar a revisão do Regime do Ensino Especial, aperfeiçoando o sistema educativo especial;

2 – Proporcionar mais equipamentos de aprendizagem aos alunos de ensino especial e aos alunos de turmas pequenas, por exemplo, mais material de apoio, ensinando-os a utilizar esse material e equipamento;

3 – Melhorar os subsídios e as regalias dos docentes das instituições privadas de ensino especial e dos organismos de serviço social com ensino especial, para a estabilização da equipa docente e para atrair interessados para esta profissão;

4 – Incentivar um maior número de alunos finalistas do ensino secundário a frequentarem cursos para o ensino especial, atribuindo-lhes apoios para propinas e emprego;

5 – Incluir o ensino especial como disciplina obrigatória no programa dos cursos superiores de formação de professores em Macau, para um melhor conhecimento dos professores sobre este tipo de ensino.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 21.11.2016

Senhor Presidente, caros colegas, boa tarde.

«Implementação progressiva do planeamento, construção conjunta de um bom lar» constitui a directriz e o objectivo da acção governativa para 2017, enquanto «habitação para todos, bem-estar para todos» é não só a filosofia governativa definida pelo Executivo, como também uma condição muito importante para a concretização da «construção conjunta de um bom lar». No mês passado, durante a visita a Macau, o Primeiro-Ministro, Li Keqiang, referiu claramente que era necessário resolver os problemas relacionados com a habitação pública e a do mercado privado. Mas no mercado privado os preços continuam elevados. Quanto à habitação pública, as obras são demoradas. A classe média, incluindo muitos jovens, não é qualificada para se candidatar a habitação pública, pois o seu rendimento ultrapassa o limite. Assim, mesmo depois de poupar vários anos, os cidadãos da classe média não têm dinheiro para pagar o sinal, e estão cada vez mais desesperados, pois os preços continuam a subir.

Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) deste ano, refere-se que se vai acelerar a oferta de habitação pública, mas não foi estabelecida nenhuma calendarização. A Zona A dos novos aterros, por exemplo, aquela que vai abranger mais habitações públicas, só vai, de acordo com o projecto, ter as obras de aterro concluídas no próximo ano. Olhando para o andamento habitual das obras públicas, é inevitável os cidadãos considerarem que a construção destes apartamentos vai demorar para sempre. Será que é preciso esperar 10 anos ou mais até ser cumprida a promessa de construir 28 000 fracções de habitação pública?

Desde há vários anos, o Governo tem vindo a falar sobre a revisão da Lei da Habitação Económica, mas, desde o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau até à “nova tipologia de habitação”, nada teve avanço. Na última semana, o Chefe do Executivo respondeu à minha pergunta sobre a habitação da população da camada intermédia e afirmou que “no próximo ano o Governo irá realizar a consulta pública sobre o lançamento de nova tipologia de habitação”. Porém, essas “habitações de nova tipologia” vão ser integradas no conjunto de habitações públicas que estão a ser construídas e nas que vão ser construídas, ou será que constituem um projecto à parte? Face à enorme carência de terrenos, é necessário aproveitar bem os recursos para satisfazer de forma equilibrada as necessidades de habitação das diferentes camadas da população e

resolver o seu problema de habitação. O Governo deve definir quanto antes uma direcção, elaborar uma política habitacional abrangente, e estabelecer um calendário de curto, médio e longo prazo. O mais importante é acelerar o aproveitamento dos recursos de terrenos existentes para a rápida construção de habitações públicas. Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) para 2017, não há referência sobre o aumento da oferta de apartamentos privados. Na minha opinião, o Governo deve considerar um aumento da oferta no sector privado do mercado imobiliário para conseguir o equilíbrio da oferta e da procura nesse sector, promovendo, assim, o desenvolvimento saudável do mercado privado.

Obrigado!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 21.11.2016

Os assuntos ligados à vida da população são todos importantes

Recentemente, a nossa equipa ajudou alguns residentes a fazerem eco junto do Governo sobre a falta de uma zebra numa secção perto da Rua dos Pescadores (na “Curva Melco”, entre o Reservatório e a DSSOPT), onde existiam inconvenientes e as deslocações dos residentes estavam em perigo por não haver passadeiras, semáforos e outras instalações de passagem, sendo ainda mais perigoso se atravessassem em direcção à Central Térmica da Avenida de Venceslau de Moraes. Aliás, todos os anos, por causa do Grande Prémio, o acesso àquela secção é fechado, portanto, os moradores, para atravessar a estrada, só podem chegar à ponte pedonal ao lado do Reservatório através duma rua estreita. Assim, este problema está ainda a aguardar uma solução por parte das autoridades.

O evento internacional de corridas de carros que se realiza anualmente em Macau contribui imenso para a promoção de Macau. É indispensável a excelente organização do Governo e a colaboração de toda a população, que, perante a inconveniência para as deslocações, e o ruído e engarrafamentos durante o Grande Prémio, concede a sua compreensão e tolerância. Mas o incidente sobre as deslocações dos residentes na Rua dos Pescadores inspirou-nos: atrás da prosperidade e da estabilidade de Macau, as condições de vida dos residentes, adequadas à habitação, têm mesmo que ser trocadas pela prosperidade económica de Macau? As contribuições que o Grande Prémio traz anualmente para o desenvolvimento do turismo e da economia de Macau são bem conhecidas, mas a Administração não deve ignorar os direitos e interesses dos cidadãos. Olhando para as solicitações dos moradores nas proximidades da Rua dos Pescadores, verifica-se a falta de iniciativa do Governo na vertente da vida da população. Ao longo dos tempos, os residentes daquela zona tiveram que atravessar a rua sem passadeiras, passagens de peões e semáforos, portanto, todos os dias, os residentes têm mesmo que arriscar a sua vida para atravessar ruas, assim, nem vale a pena falar de o Governo poder estar mais próximo da realidade, ou seja, colocar instalações sem barreiras para os portadores de deficiência (segundo o princípio de acessibilidade previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Governo deve disponibilizar-lhes instalações sem barreiras para as suas deslocações). Todavia, há também insuficiências em relação às tais instalações nessa rua - irregularidade do pavimento e falta de escada rolante ou elevador junto da passagem superior pedonal - daí a enorme inconveniência para os idosos com mobilidade reduzida e os portadores de deficiência. Mais, as águas residuais lançadas para as ruas por algumas habitações e estaleiros da zona também afectam a higiene e o ambiente em redor. De facto, os residentes apenas querem que o Governo tome a iniciativa

de executar a lei para melhorar a situação. É só isso.

O Grande Prémio já terminou, então, os serviços responsáveis devem avançar com o devido acompanhamento, nomeadamente, os serviços como a DSAT devem colocar, quanto antes, passadeiras e semáforos nas ruas por onde passam os residentes, e também criar instalações sem barreiras nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, para resolver os problemas das deslocações dos residentes. De facto, os cidadãos também esperam que, no dia-a-dia, os governantes estejam mais próximos da realidade, isto é, que se desloquem mais aos bairros para ouvir as opiniões da população e constatar a vida da classe de base. E, quando houver algo que careça de aperfeiçoamento, tomem a iniciativa de resolvê-lo, aliás, o Governo não deve vir resolver o problema só depois das queixas ou reclamações.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 21.11.2016

O Governo Central tem sempre apoiado a formação de talentos, e implementou uma série de medidas para ajudar os residentes de Macau a prosseguirem os seus estudos superiores em universidades da China. Muitas das melhores universidades da China aumentaram o número de vagas para os estudantes recomendados por Macau, oferecendo-lhes assim mais oportunidades de acesso a um ensino de qualidade. Isto representa um grande apoio à formação de talentos. Estou plenamente de acordo com isso e agradeço a bondade do Estado.

No entanto, considero que algumas dessas medidas podem ser melhoradas, por exemplo, o Ministério da Educação do País sugere às instituições de ensino superior a criação exclusiva de turmas para os estudantes de Macau quando estes são mais de 30, uma medida que pode ser ajustada, na minha opinião. A vantagem de estudar no exterior, para além do estudo propriamente dito, é o contacto com diferentes pessoas, costumes e culturas. Quando eu era jovem, também cheguei a estudar no estrangeiro, e a experiência que adquiri tem tido uma grande influência na minha vida. Portanto, a criação de turmas exclusivas para os estudantes de Macau não me parece que seja favorável para a sua integração cultural na região onde estudam. Temos de compreender que nas instituições de ensino superior do Interior da China há também uma tendência de internalização, e mesmo no estrangeiro, onde são grandes as diferenças culturais, não se criam turmas especiais para os estudantes de outros países.

Espero que os estudantes de Macau possam estudar e crescer em conjunto com colegas de outros países num mesmo ambiente. As turmas exclusivas para estudantes de Macau são uma medida do Estado para os apoiar na adaptação à vida no Interior da China, a intenção é boa, mas um pai, às vezes, tem de ser severo, pois a ajuda excessiva pode levar ao enfraquecimento dos jovens no seu crescimento. Portanto, sugiro ao Governo que contacte com o Ministro da Educação para saber se é possível recorrer a outras formas para ajudar os nossos estudantes nessa adaptação, por forma a permitir que cresçam num ambiente com mais desafios, e assim possam assumir-se como futuros pilares da sociedade. Por exemplo, podem destacar-se docentes para ajudarem os estudantes recém-chegados, para lhes prestarem as informações necessárias e os acompanharem, periodicamente, no seu dia a dia. Os estudantes do ensino superior devem ser encorajados para serem independentes. Acredito que os estudantes de Macau têm capacidade suficiente para enfrentar desafios diferentes, e que não necessitam da ajuda dos pais.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Na semana passada, o Governo divulgou as LAG para 2017 sem quaisquer novidades, mantendo-se a linha de continuidade de apoios à generalidade dos cidadãos, aos idosos, estudantes, portadores de deficiência, famílias em situação vulnerável, etc.

Nos últimos dez anos, por via das LAG muita publicidade foi feita no sentido de promover a elevação da qualidade de vida dos cidadãos, construindo-se uma cidade com condições ideais de vida e melhoramento do bem-estar da população.

Contudo, o que a população sente, é exactamente, o contrário. Uma cidade cada vez mais superlotada de turistas, mais suja e malcheirosa principalmente em muitos locais perto da orla marítima. É visível a degradação anual da qualidade do ar, incluindo a sonora e luminosa.

O Governo promete todos os anos elevar a qualidade de vida dos cidadãos. Mas os cidadãos assistem ao constante aumento de número de casinos e mesas de Jogo que proliferam como cogumelos que nascem incontrolados ao invés de contruir mais habitação e providenciar melhor qualidade médica. O Governo não tem empenhado na resolução da questão habitacional e aumenta o número de jovens que são obrigados a viver com os pais e avós numa só casa.

Desde o estabelecimento da RAEM até a presente data, não foi construída habitação para os trabalhadores da função pública, razão pela qual, a maioria anda desmotivada e desmoralizada. Em 2013 concorreram 40 mil pessoas (funcionários e cidadãos) para atribuição de cerca de 1900 moradias públicas. O Governo esconde este assunto “debaixo do tapete”, deixando passar o tempo, porque caberá ao próximo Governo resolver o problema de 80 mil pessoas que provavelmente vão concorrer à habitação pública.

Aumenta o número de pessoas que preferem deslocar-se a RAEHK ou mesmo ao interior do continente para assistência médica não obstante o orçamento para a Área de Saúde ter vindo anualmente a aumentar assim como o número de queixas dos utentes.

Cada vez mais pessoas recorrem às motocicletas, porque os autocarros não são pontuais ou estão normalmente superlotados nos horários de ponta pondo em causa a segurança das pessoas. Muitas ruas transformaram-se em autênticos estaleiros e outras encontram-se há anos esburacadas, porque ainda não foram detectadas pela entidade oficial para serem reparadas, causando quase todos os dias grande perigo aos motociclistas.

O Governo diz sempre que cumpre rigorosamente a Lei Básica. Mas a realidade é outra. Devido à existência de situações extremamente injustas constante na lei laboral, os trabalhadores são explorados a todos os níveis, nos seus locais de trabalho. A situação torna-se ainda mais injusta devido irresponsabilidade do Governo em insistir em não

regulamentar o artigo 27.º da Lei Básica, face à quantidade de interesses interligados de parte a parte.

E finalmente, o Governo promove a injustiça e viola frontalmente a Lei Básica ao discriminar os trabalhadores no pagamento de pensões de aposentação e insistir em não igualar as pensões de aposentação de acordo com as categorias dos trabalhadores no activo e aposentados.

Assim, qual funcionário que ainda acredita que o Governo os considera como recursos valiosos? Como o velho ditado bem diz só o diabo acreditaria. Mas nem neste caso o diabo acredita agora no que Governo propagandeia.

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 21 de Novembro de 2016.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 21.11.2016

Macau é rica em cultura portuguesa e o pavimento de muitas ruas, por exemplo, a Avenida de Almeida Ribeiro, está revestido em estilo português com pedrinhas fragmentadas que embelezam o ambiente, o que atrai anualmente muitos turistas. Podemos afirmar que nos trabalhos de divulgação de Macau, o Governo aplicou muitos esforços, pois inseriu este tipo de característica especial nos passeios e também o implantou nas faixas de rodagem.

Hoje em dia, muitos condutores queixam-se da falta de nivelamento das vias, porque o Governo, por um lado, repete logo as escavações em locais onde acabaram obras há pouco, por outro, ignora as vias que necessitam de ser, verdadeiramente, repavimentadas. Mais, o Governo calcetou algumas vias tendo por referência a calçada portuguesa, transformando, com granito de forma irregular, as vias que estavam niveladas em desniveladas, o que é uma criação artificial de “vias danificadas”. O Largo da Sé, a Calçada de S. Francisco Xavier e até a Rua da Entena, onde ocorreu o acidente com o autocarro desgovernado, estão pavimentados desta maneira. Isto provoca o despiste de veículos e é um pesadelo para os condutores de motociclos, sobretudo na referida Calçada, onde o sentido da circulação é a descer. Se juntarmos a esta inclinação a “via feita de pedras fragmentadas” e com eventuais chuvas, o resultado é um ambiente com perigo escondido. É difícil para os peões dar um passo em frente nessas vias, e os condutores das motas deparam-se com acidentes de viação ou arriscam a vida quando por ali passam, porque caem facilmente se não tomarem cuidado. Nesta situação, o papel do Governo é igual a não facultar vias com segurança aos condutores e o mais grave é que transformou as vias em condições em vias “artificialmente danificadas”. A concepção deste tipo de calçada ou via tem características próprias especiais, mas, se não for implantada em local adequado, irá colocar a vida dos peões em perigo. Isto vale a pena? Será que o Governo só vai “rodear o local com sebes para evitar fuga de ovelhas” depois de haver acidentes?

IAOD de Deputado Ng Kuok Cheong em 21.11.2016

Os problemas com as adjudicações têm a ver com o trabalho à porta fechada e resultam em conluio entre Governo e empresários Exorto à divulgação de informações, com vista à respectiva fiscalização contínua

Segundo os relatórios do Comissariado de Auditoria, existem problemas de abuso, de má qualidade dos serviços e de desrespeito pela regulamentação no âmbito da adjudicação de bens e serviços na administração pública, o que despertou a atenção e suscitou as dúvidas da sociedade. Os referidos problemas têm a ver com a falta de conhecimentos dos dirigentes sobre a legislação, com a falta de transparência e de fiscalização pública e com o trabalho à porta fechada, que permite que os serviços sejam sempre adjudicados aos mesmos. Foi então a partir desta colaboração permanente e tolerância mútua que se evoluiu, infelizmente, para o conluio entre Governo e empresários, e se acabou no afastamento da intenção original da lei.

Embora as adjudicações não sejam públicas, foram detectados casos sucessivos de serviços adjudicados às mesmas empresas ou pessoas. Este ano, detectou-se mesmo que era essa a prática no Ministério Público há já 10 anos, e a situação está a ser agora averiguada, para ver se houve ou não corrupção. Também se descobriu, recentemente, que os Serviços para os Assuntos de Tráfego contornaram, intencionalmente, o processo de consulta, pois adjudicaram directamente projectos às empresas gestoras de parques de estacionamento, empresas estas que não têm condições para prestar os serviços em causa, e que, para além disso, utilizaram as cotações apresentadas por empresas especializadas para apresentarem as suas propostas.

As despesas do Governo da região vizinha são autorizadas pelo órgão legislativo, portanto, as decisões sobre as adjudicações são esclarecidas publicamente junto daquele órgão e são fiscalizadas pelo público. Macau também é uma região sujeita ao princípio “um país, dois sistemas”, no entanto, não existe nenhum mecanismo para que as despesas com as adjudicações do Governo sejam esclarecidas na AL, mesmo aquelas que são adjudicadas por concurso público, em relação às quais apenas são publicados os critérios do concurso no B.O., portanto, as adjudicações são decididas à porta fechada.

Então, repito: o Governo da RAEM deve dar importância a esta questão, alterando os mecanismos para aumentar a transparência dos procedimentos de adjudicação. Sugiro ao Governo que, com vista a melhorar os mecanismos de

fiscalização, crie, ao abrigo da Lei Básica, um mecanismo para a avaliação, por parte da Assembleia Legislativa, das adjudicações que envolvam montantes elevados. E até dispormos desse mecanismo de avaliação, o Governo deve, quanto antes, tomar as medidas necessárias para dar a conhecer ao público as decisões sobre as adjudicações na administração pública, de forma a permitir a devida fiscalização.

IAOD do Deputado Au Kam San em 21.11.2016

Deixar que Macau seja a terra da concretização de “um país, dois sistemas” e tem a liberdade democrática

Quanto à luta pelo sistema político democrático, pode dizer-se que Macau sofre de uma deficiência congénita. Na altura da definição da Lei Básica, copiou-se a de Hong Kong quase na totalidade, só ficou a faltar a frase seguinte: “A metodologia para a escolha do Chefe do Executivo de Hong Kong deve ser especificada à luz da situação real da Região Administrativa Especial de Hong Kong e de acordo com o princípio do progresso gradual e ordenado. O objectivo final é a escolha do Chefe do Executivo por sufrágio universal apresentado por um comité de nomeação amplamente representativo de acordo com o processo democrático.” E a falta desta frase significa que não há suporte jurídico para confirmar a promessa da concretização da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal. Mas como é óbvio, não podemos dizer que, por isso, não se pode eleger o Chefe do Executivo por sufrágio universal (em 2012, aquando da sua visita a Macau para divulgação da decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o Vice-Secretário-Geral Qiao Xiaoyang, em representação do Governo Central, tomou a iniciativa de ilustrar que, de acordo com a Lei Básica, a escolha do Chefe do Executivo de Macau poderia ser possível por sufrágio universal), no entanto, é certo que a dificuldade de tal concretização vai aumentar bastante.

Como na altura da elaboração da Lei Básica foram muitas as solicitações da sociedade de Hong Kong em relação ao sufrágio universal do Chefe do Executivo, esse compromisso acabou por ser introduzido na Lei Básica. Em Macau foram poucas as solicitações e a atenção em relação ao sufrágio universal do Chefe do Executivo e dos deputados à Assembleia Legislativa (só a União de Macau para o Desenvolvimento da Democracia é que apresentou uma proposta democrática e sistemática para pedir o sufrágio directo e universal do Chefe do Executivo), portanto, a Lei Básica não contempla qualquer menção ou compromisso quanto ao sufrágio universal.

A democracia é uma tendência mundial e Macau não pode ficar para trás. No entanto, há que realçar que na situação actual existem graves problemas de favoritismo e que as eleições acontecem em círculo restrito, o que origina corrupção e conluio e troca de interesses entre governantes e empresários. E a baixa eficácia da Administração e a não responsabilização dos dirigentes são já flagelos decorrentes da falta de um sistema democrático.

Quarenta anos depois de se ter introduzido o sufrágio directo na Assembleia Legislativa, é importante afirmar que, ao longo desse tempo, registaram-se alterações profundas em Macau, sendo de salientar o desenvolvimento crescente da economia. Com as alterações dos fundamentos económicos, o sistema político, que se assume como superestrutura da estrutura organizacional, deve alterar-se em consonância com essas alterações, caso contrário, a estabilidade social será difícil. E prova disso são os efeitos prejudiciais do modelo de eleição por pequenos círculos que já referi. E tudo isto resume-se ao ABC do Marxismo. Consideram-se hoje inadequadas, ou mesmo, incorrectas, para além de desactualizadas, muitas das teorias referidas há mais que um século por (Karl) Marx. Porém, hoje, ainda se acredita que sua teoria sobre a relação entre os fundamentos económicos e a superestrutura continua válida, qualquer que seja o lugar da sua aplicação.

Quanto ao actual sistema político de Macau, a metodologia para a escolha do Chefe do Executivo foi definida em 1993 e entrou em vigor em 1999. A Lei Básica demorou seis anos a ser implementada, desde a elaboração até à entrada em vigor, portanto, compreende-se que tenha sido esse o motivo para a sua natureza mais conservadora. Desde 1999, isto é durante dezassete anos, que o crescimento da economia de Macau é considerado um milagre económico. Apesar do rápido crescimento da economia e da enorme alteração dos fundamentos económicos durante esse período de mais de dez anos, a superestrutura do sistema político tem-se mantido inalterada. A metodologia para a escolha do Chefe do Executivo não foi alterada, pois o aumento de apenas cem membros no colégio eleitoral, de trezentos para quatrocentos, não contribui para o progresso do sistema. Na Assembleia Legislativa, os assentos têm-se mantido numa proporção semelhante ao longo dos tempos, e foram necessários quarenta anos para que os assentos por sufrágio directo aumentassem, a passo de tartaruga, de 35 para 40 por cento. Trata-se de uma situação que origina conluio entre governantes e empresários, tráfico de interesses, corrupção, e falta de responsabilização dos governantes, afectando a estabilidade social e os fundamentos da sociedade. Assim, para corresponder à abertura e ao desenvolvimento da economia, a promoção progressiva da reforma democrática assume-se como inevitável. O sufrágio directo para a eleição do Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa contribui para a estabilidade social e para a concretização progressiva da reforma democrática em cumprimento do princípio “um país, dois sistemas”, para que Macau seja um modelo na implementação deste princípio.

Este deve ser um objectivo para todos aqueles que afirmam amar a pátria e Macau!

IAOD do Deputado Tong Io Cheng em 21.11.2016

Ao longo do tempo, o registo de casamento tem sido tratado pela Conservatória do Registo Civil (CRC), subordinada à Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça. Com o aumento demográfico e a modernização de Macau, aumenta anualmente o número de pessoas que requerem o registo de casamento. Como agora só existe um conservador responsável por esse registo, é necessário esperar entre três meses a um ano para o efectuar. Por outro lado, para os chineses, o casamento é um importante assunto para a vida, portanto, precisam de escolher um dia propício para o casamento e as respectivas cerimónias. Contudo, a CRC é um serviço público, por isso é difícil efectuar o registo de casamento fora das horas de expediente, o que faz com que muitas pessoas não consigam casar-se no dia propício que escolheram.

O registo de casamento é de relevante importância ao nível jurídico, pelo que é tratado de forma centralizada pela Conservatória. Não há nada de errado nisto, só que a declaração de vontade e a respectiva cerimónia não têm de ser, necessariamente, feitas na Conservatória. Na realidade, nas regiões vizinhas, já há outras formas de poder satisfazer as necessidades dos requerentes, por exemplo, pode-se realizar o acto de casamento perante o advogado, e submetem-se, depois, os respectivos dados à Conservatória para efeitos de registo. Basta fazer uma pequena alteração à lei para a referida forma ser incluída no actual sistema jurídico. Acredita-se que isto possa elevar a eficácia dos trabalhos dos serviços em causa, aliviar a sua pressão e satisfazer os interesses da população em geral.